

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: 32

Data: 16 de abril de 1980

Pg.: _____

Mesa redonda para discutir os direitos dos indígenas

Reunidos ontem de manhã no Museu "Emílio Goeldi", várias entidades do setor científico-social de Belém divulgaram um documento apresentado no Congresso Nacional pelo deputado Marcelo Cordeiro, em abril do ano passado, até então inédito para o público, que define a posição de pelo menos 11 entidades nacionais, de apoio ao índio, à frente da política indigenista oficial.

Reunindo cinco itens sobre a questão indígena no Brasil, o documento foi chamado de "Os direitos das populações indígenas brasileiras". A apresentação e discussão ocorreu durante uma mesa-redonda organizada pela Associação Brasileira de Antropologia, seção do Pará; Grupo de Apoio ao Índio, Associação Regional de Sociólogos e Associação dos docentes da Universidade Federal do Pará, representadas por Anaisa Virgolino e Silva, Gerson Drumont Cortez e Heraldo Maués, respectivamente, coordenados pela antropóloga Lourdes Furtado, do Museu Paraense "Emílio Goeldi". A mesa redonda teve como tema central "A luta do índio", que faz parte da comemoração da Semana do Índio-80, que será comemorada até o dia 20 deste mês.

O documento apresentado no Congresso, no ano passado, enumera o problema da emancipação, considerada uma "farsa" pelas entidades que assinam o documento; as garantias mínimas da autodeterminação; a garantia da sobrevivência física e econômica (demarcação de terras, combate às ameaças à sua posse efetiva e assistência à saúde); a garantia da organização sócio-política autônoma e assistência educacional efetiva, e o destino das populações indígenas ligado aos rumos da sociedade brasileira como um todo.

FASE MAIS DIFÍCIL — Para as entidades autoras do documento, o índio brasileiro atravessa, atualmente, uma das fases mais difíceis "de sua luta de sobrevivência". Ressalta adiante que a situação de crise, ("em que o futuro dos índios brasileiros está em jogo"), é caracterizada pela "ocupação da Amazônia por grandes nacionais e multinacionais, subvencionada pelo Estado, que ameaça devorar as poucas terras ainda de posse de grupos indígenas; pela construção de vultosas obras de infra-estrutura — estradas, barragens — que destroem o equilíbrio ecológico do ambiente indígena e ameaçam com o extermínio tribos inteiras; pelo descaso sistemático do governo para com os interesses dos povos indígenas, que se traduz em uma política indigenista ora omissa, ora diretamente prejudicial à integridade física, econômica e cultural desses povos e pela ideologia de "integração" das minorias indígenas à sociedade nacional, que se materializou no recente e malfadado projeto de "emancipação" das comunidades indígenas". Por tudo isso, as entidades dizem que "é tempo de toda a nação brasileira voltar seus olhos para as ameaças que pesam sobre aqueles povos que conseguiram resistir a quatro séculos de espoliação e opressão". E denunciam o "atentado contra os direitos dos povos indígenas do Brasil, manifestando "apoio aos índios na conquista desses direitos".

FALSO — Segundo o documento, o projeto de emancipação indígena é falso em relação aos direitos do índio. Por isso, protestam contra "uma política que em nome de um "desenvolvimento" que só vem beneficiando os grandes grupos econômicos, pretendendo forçar os grupos indígenas a uma "integração", destruindo deliberadamente o que dá identidade e força a um povo — a consciência de ser ele mesmo".

De acordo com essa política o índio estaria



A mesa-redonda no museu: as cientistas sociais paraenses em defesa do índio nacional.

impedido de decidir sobre seu próprio destino. Distorce e abusa "de um dever que cabe ao Estado — o de assistir às comunidades indígenas e defendê-las, contra as forças que querem sua destruição".

Outro protesto é contra a falsa democracia que visa retirar do Estado sua responsabilidade perante os povos indígenas. Diz, na íntegra, esta parte do documento:

"Protestamos ainda contra os projetos que, sob uma linguagem falsamente democrática, visam a retirar do Estado sua responsabilidade perante os povos indígenas — como o projeto de "emancipação", que, mediante uma ilusória concessão de "direitos civis" aos índios, viria consumir e consagrar oficialmente todos os crimes contra os direitos humanos dos índios. A tutela que o Estado brasileiro, por dever constitucional, exerce sobre os índios, não pode ser usada em prejuízo deste, calando autoritariamente seus protestos e reivindicações; tampouco pode ser descurada, acobertando as inúmeras violências, a espoliação e a miséria a que os índios estão submetidos. O Estado brasileiro tem o dever de garantir condições que permitam a autodeterminação dos povos indígenas: não tem o direito de "integrá-los" à força, nem de entregá-los às mãos vorazes de seus muitos inimigos".

CONDIÇÕES MÍNIMAS — Defendendo as "garantias mínimas da autodeterminação", as entidades acrescentam que não se justificam imposições e arbitrariedades de toda ordem sobre as culturas indígenas inseridas na sociedade nacional "como minorias culturalmente diferenciadas". E estabelecem estas "condições mínimas" para que as populações indígenas possam se autodeterminar, efetivamente: a) — garantia da sobrevivência física e econômica, e b) garantia de sua organização social e política autônoma. A primeira dependeria do acesso à terra (aqui, o documento lembra que "se por um lado, várias reservas foram decretadas e algumas efetivamente demarcadas entre 1974 e 1978, os critérios empregados quase nunca coincidiram com os interesses de cada grupo indígena em questão).

Mais adiante, o documento afirma que o que tem acontecido, de fato, "nestes últimos anos, é a demarcação de reserva pelo mínimo, visando a rápida liberação de terras para serem ocupadas por grandes empresas. Os índios se vêem, assim, privados de grande parte de seu território tradicional e forçados a encontrar novas formas de sobrevivência que incluem, frequentemente, a sua transformação em assalariados ou em força de trabalho semi-escrava, sem outra alternativa. Estes últimos

anos presenciaram ainda, a transferência de vários grupos indígenas para outras áreas, acarretando a perda do direito ao usufruto do território originalmente ocupado, e a ruptura das formas tradicionais e a subsistência e adaptação ecológica. O que se verifica, então, é uma insuficiência de terras, demarcadas arbitrariamente. E a consequência mais grave, em suma, é a expropriação das terras indígenas, minando pela base as possibilidades de sobrevivência dos grupos.

DEMARCAÇÕES — Denunciam ainda as entidades que não se cumpriu o prazo legal de dezembro de 1978, estabelecido pelo Estatuto do Índio, para a demarcação total das terras. Na verdade, 40 por cento das áreas indígenas ainda aguardam resultado dos lentos processos demarcatórios. Já àquela altura quando foi divulgado no Congresso (abril de 1979), o documento dizia que "cabe exigir a definição de um novo prazo, estabelecido criteriosamente, de modo a permitir a demarcação adequada dos territórios indígenas".

Para as entidades, a demarcação não é a condição suficiente para a posse das terras. Muitas áreas demarcadas acham-se ameaçadas pelas invasões; arrendamentos ilegais (levados a efeito, muitas vezes pela própria Funai, "ou com a sua conivência"); pela construção de barragens e estradas, e atividades extrativistas".

OUTRO PROBLEMA — A saúde é outro problema grave para a comunidade indígena nacional. Além das garantias da terra, a sobrevivência dos índios depende da eficiência dos serviços médicos que os assistem. O documento diz que "não se pode conceder o investimento, pela FUNAI, de somas vultosas em projetos de desenvolvimento econômico que visam o lucro — a ser reinvestidos na própria FUNAI, concebida como empresa — em detrimento de uma assistência consciente e adequada à saúde das populações indígenas".

E defendido, ainda, o direito dos índios se organizarem socialmente e politicamente, "de forma livre e autônoma". Assim, dizem as entidades que "o Estado tem o dever de criar condições e dar garantias para que isso possa ocorrer, como associação, expressão e locomoção; reuniões intertribais e assembleias indígenas; além do acesso dos índios às informações técnicas e administrativas relevantes para o destino de cada comunidade para que possam formular suas próprias propostas e alternativas diante da política oficial". Para isso, — acrescenta o documento — é indispensável que seja dada aos índios uma assistência educacional efetiva, que lhes permita situar-se em posição menos desigual frente às populações regionais